
Ideias

Marcelo Neri: jornada escolar mínima
deveria subir para 5 horas. **Página A13**

Mais uma hora na escola



MARCELO
NERI

A proposição de metas de educação é a ideia mais inovadora de política social dos últimos anos. As metas guardam a promessa de motivar, dar transparência a resultados e coordenar a ação de uma miríade de atores sociais na recuperação do secular atraso escolar brasileiro. A Fundação Getúlio Vargas organizou seminário cujos vídeos estão disponíveis em www.fgv.br/cps/metasp que discutiu a lógica, limitações e extensões de um sistema de metas educacionais. Discutimos também como na prática atingir essas metas que se forem cumpridas levaria a educação brasileira em 15 anos ao nível da observada hoje na OCDE. Me debruço aqui sobre o papel da extensão da jornada escolar. O resumo aqui parte de projeto feito em parceria entre o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Educar Dpaschoal, o Instituto Unibanco e a Fundação Getúlio Vargas sem, porém, implicá-los, na proposta.

A cobertura escolar vai além da frequência escolar — se a criança frequenta, ou não, a escola. Há outro tipo de evasão fruto das faltas e da jornada escolar insuficiente. Medimos onde os alunos estão

perdendo mais tempo de escola, como se usando um cronômetro: se é pela baixa proporção dos alunos matriculados; se é pelas faltas; ou pela baixa jornada oferecida pela escola. O tempo na escola resulta da multiplicação de três índices: matrícula, presença e jornada escolares. Na faixa de 0 a 17 anos de idade, o índice matrícula correspondia a 0,758 (24,2% de evasão) multiplicado pelo índice de presença de 0,952 (4,48% de dias de aula perdidos) e pelo desvio da jornada 0,905 (i.e. 9,54% abaixo da jornada de cinco horas). Ou seja, se não houvesse faltas e a jornada escolar fosse de cinco horas diárias, o índice de permanência na escola seria de 0,758 contra 0,653 na prática quando se computa absenteísmo e a extensão da grade de aulas. Cada criança até 17 anos de idade perde 14% de tempo na escola em decorrência da baixa jornada fixada e das faltas. Eles ficam 18,5% de cada dia, já descontados oito horas de sono, na escola, algo como 3,26 horas diárias na escola. A Lei de Diretrizes Básicas (LDB) do ensino fixa o mínimo de quatro horas de aula por dia com um máximo de 25% de faltas.

Entre 15 a 17 anos a perda relativa de tempo na escola em função das faltas e da jornada escolar insuficiente é mais comediada, pois a perda por falta de matrícula já é particularmente alta. Entre as crianças de 7 a 14 anos de idade, a redução de faltas e a ampliação da jornada são, relativamente, mais importantes, o desafio maior aqui não é o aumento de matrículas,

que já é quase universal. O site www.fgv.br/cps/tpc permite explorar o tempo da escola por atributo sociodemográfico. Por exemplo, as meninas que já são mães com idade entre 15 a 17 anos têm um tempo de permanência na escola de cerca de um quarto das demais (0,87 contra 3,6 horas diárias das demais).

A evolução do tempo de permanência de escola e de seus componentes entre 2004 e 2006 mostra que até os 17 anos o índice de matrícula sobe 2,13%. Já o tempo de permanência na escola sobe 4,57% também impulsionado pela mudança de 1,3% e 1,08%, respectivamente, a presença e a jornada escolares. Ou seja, apesar do tamanho percebido do problema de acesso à escola, este tende a aumentar à medida que passamos da análise da matrícula para o conceito mais amplo de tempo na escola. Por outro lado, as mudanças recentes foram mais positivas para o último.

Os padrões de correlação sugerem que as notas do Enem entre estados são positivamente correlacionadas com o tempo na escola. Esta relação se dá por influência da extensão da jornada escolar, e não da matrícula ou da presença escolares. Os microdados do SAEB também demonstram relação entre jornada e desempenho escolar positiva mas a taxas decrescentes, traduzida na curva em forma de sino. O pico da nota por horas de jornada aumenta quando se move para séries mais avançadas, sugerindo maior resistência de alunos mais

velhos diante de jornadas mais longas. Na 4ª série o pico se encontra em cerca de cinco horas diárias. Já na 3ª e 8ª séries do ensino médio, a nota média mais alta é encontrada em sete horas de jornada diária de estudo.

O aumento da jornada de quatro para cinco horas diárias produziria salto de um sexto das metas educacionais fixadas para o ano de 2022

Em suma, medimos para todas as crianças e adolescentes brasileiras — e não só para aquelas que estudam: Quantas horas por dia assiste aula, se se frequenta a escola? Àqueles que frequentam, captamos a extensão da jornada oferecida pela escola bem como as faltas dos alunos. O tempo na escola sintetiza tudo isso em termos das horas diárias. As pessoas em idade escolar dedicam às aulas, em média: 2,95 horas-dia. Este tempo na escola é mais do que uma curiosidade numérica. Como quase 80% das diferenças de proficiência escolar são explicadas por variáveis de background familiar. Apenas 20% são associadas a variáveis de política educacional, dentre elas a qualificação dos professores, o tamanho da classe e a extensão da jornada escolar são aquelas que apresentam algum poder preditivo sobre o aprendizado dos alunos. A jorna-

da escolar talvez seja aquela mais sob o controle direto das políticas educacionais. O artigo do meu colega de Valor Naércio Menezes com Jacqueline Oliveira apresentado na Sociedade Brasileira de Econometria (SBE) em dezembro último, lida com o problema de endogenidade para 4ª série em São Paulo, e mostra que o ganho de uma hora de jornada-escolar produz em termos da nota dos exames de proficiência cerca de 25% de um desvio-padrão das notas. Numa época em que o número de crianças e adolescentes em idade escolar cai, pode-se aproveitar a menor quantidade de crianças para proporcionar uma maior qualidade na educação a cada criança. Defendo um aumento da jornada escolar mínima na LDB de quatro para cinco horas diárias não apenas como um gradualismo realista pois nem sempre mais horas significam maior rendimento além dos custos associados. O aumento da jornada mínima de uma hora aproveitaria a transição demográfica em curso, e mesmo se não for acompanhada por outras mudanças desejáveis, poderia gerar um sexto das mudanças de proficiência das auspiciosas metas educacionais traçadas para 2022.

Marcelo Côrtes Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da REDE da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: mcneri@fgv.br. É autor de "Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro" e "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas".